
INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras apresentam em seu corpo, nítidos recortes em oposição - aglomerados, enclaves, zonas periféricas, marcadas pela destituição dos atributos urbanos mais banais, onde a cidade é a própria negação da cidade. Demarcam-se linhas internas de fronteira que encerram mudanças abruptas de padrões, verdadeiras rupturas no tecido urbano, onde se estiolam ou mesmo se interrompem as funções urbanas. Periferias pobres, aglomerados e complexos de favelas seccionando a cidade, favelas incrustadas em tecidos urbanos de outra ordem são paisagens ordinárias da cena urbana.

A repartição desigual do território não é um processo novo, a cidade é um organismo heterogêneo composto de múltiplos padrões de aglomeração – de atividades, usos da terra, densidades residenciais, propriedades - que resultam de lógicas diferenciadas de seus residentes e daqueles que detêm interesses econômicos, bem como o poder, constituindo a fragmentação uma característica estrutural das cidades contemporâneas (Marcuse, 2004; Qadeer, 2004). Mas, o fator primordial a considerar é que, o papel do espaço não é constante: “ o espaço é socialmente criado; historicamente o seu papel se altera com as alterações nas constelações sociais: cultural, funcional, de status e poder” (Marcuse, 2004). O que se destaca nessa ordem atual, ainda na esfera do visível, é a dualidade do contraste com registro na deterioração dos padrões espaciais, na desfiguração do território e na acumulação de carências. A polarização espacial entre segmentos pobres e ricos é a marca do modelo da cidade global com atributos comuns em distintos países: desemprego crescente, polarização social, violência, de um lado; base de operações do capital financeiro, indústrias sofisticadas tecnologicamente, empresas transnacionais, rede de telecomunicações eficiente, de outro (Taschner, 2001).

Os bairros pobres periféricos, carentes de identidade urbana e infra-estrutura, formados por justaposição de loteamentos regulares e irregulares, foram, associados à autoconstrução, o principal meio de acesso à terra e à casa própria para a população pobre das grandes cidades do país (Bonduki, 2000). O baixo custo da terra justificado pelas distancias, inexistência de infra-estrutura e, em muitos casos, por características

depreciativas dos terrenos, é o principal fator de disseminação desses empreendimentos. Esses bairros pobres, com padrão de moradia precário e inacabado, implantados com imenso desdém pelo desenho urbano, legaram aos municípios a tarefa de supri-los, a altos custos, de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos. Grandes blocos isolados do restante da cidade, a pobreza em meio à pobreza, esses assentamentos, por vezes, congregam um comércio mirrado em pontos principais de passagem e contato com outros setores da cidade. A paisagem é monocórdia. A aridez da vida repete-se no espaço sem perspectiva, sem marcos de referência ou de orientação.

Gottdiener(1993) destaca, como contradição fundamental do espaço capitalista, a sua pulverização pelas relações sociais da propriedade privada, “essa divisão e reivindicação de espaço por uma multidão de atores e instituições” produzindo, na expressão de Lefebvre, uma “explosão de espaços” pela “demanda de fragmentos intercambiáveis”. Nas favelas, produção do espaço na informalidade e na emergência da busca de uma localização urbana, o fenômeno da fragmentação é atomizante, ilustrando uma cidade “liliputiana” com semelhanças, nas proporções mínimas de seus elementos, àquela encontrada nas viagens de Gulliver, personagem de Swift (1667-1745). Fracionamento dos espaços privados em parcelas inferiores à 40m², densidades acima de 600hab/ha em tipos construtivos horizontais, padrões estranhos à escala humana, são materializados em tecido urbano desordenado, malha intrincada, lotes minúsculos e habitações amontoadas, acentuadamente insalubres; terrenos acidentados com modificações abruptas, fortes recortes, declividades acentuadas, várzeas inundáveis ou mesmo solos instáveis; moradias precárias - exíguos espaços, fragilidade dos elementos construtivos, condições inadequadas de ventilação, insolação e iluminação; baixa inserção de vias veiculares no interior dos assentamentos; grandes bolsões impenetráveis e zonas isoladas; linhas naturais de escoamento das águas cerradamente obturadas por edificações a elas sobrepostas, sujeitas a inundações nos períodos chuvosos; transtornos, prejuízos e risco permanentes; precariedade dos serviços urbanos e infra-estrutura; precariedade da segurança física: risco de inundação, deslizamento, incêndio, presença de roedores, malha propícia a abrigar marginalidade.

A qualidade e perspectiva de vida dos habitantes de favelas e periferias pobres são cotidianamente depreciadas pelas perversas características espaciais e pelo isolamento: há prejuízo na saúde, na segurança, no conforto, na possibilidade de bem-estar, no rendimento na produção e na auto-estima (Rolnik, 1999). A segregação espacial da pobreza traduz, na desigualdade de oportunidades urbanas, o recrudescimento das desigualdades sociais, a estrutura social dualizada, aumentando a distancia entre seus pólos inferiores e superiores (Rolnik, 1999; Taschner, 2001). A cidade é um transatlântico.

“Os Transatlânticos” é o título de um dos capítulos da obra¹ de Le Corbusier que, ironicamente, se inclui na famosa segunda parte – “Olhos que não Vêem”. Os dele, inclusive. Ao dedicar-se ao elogio da forma que segue a função, contrapondo-se aos excessos formalistas do ecletismo, o arquiteto toma o exemplo dessas grandes máquinas: “Se esquecemos um instante que um transatlântico é um instrumento de transporte e se o contemplamos com novos olhos nos sentiremos diante de uma manifestação importante de temeridade, de disciplina, de harmonia, de beleza calma, nervosa e forte.” E segue afirmando que, em um transatlântico um arquiteto encontraria “a libertação de servidões seculares malditas.” Evidentemente, Le Corbusier não tinha olhos para o exemplar manifesto de segregação espacial e social que foram os transatlânticos no auge de sua hegemonia sobre os meios de transporte intercontinentais, impulsionada, de um lado, pelos negócios trans-marinos e trocas culturais e, de outro, pelas levas de migração de europeus pobres para os Estados Unidos da América – a terra da esperança e da liberdade.

Nessas máquinas realmente belas e arrojadas, cada classe social tinha seu espaço piramidalmente delimitado em convés diferentes, de cima para baixo de acordo com a posição descendente na escala social. Não param aí as semelhanças com a cidade atual: as acomodações dos passageiros tinham seu espaço reduzido na mesma ordem e, do mesmo modo funcionava o direito aos serviços, adquiridos junto com as passagens. Havia severo controle de intercâmbio entre os pisos, de baixo para cima, como era de se esperar. A libertação das reais servidões malditas não aconteceu no

¹ Por uma Arquitetura

que compete à cidade, que reproduz no seu espaço, de forma permanente, a segregação por classe social.

A segregação pode ser definida como “o grau de proximidade espacial ou de concentração territorial de famílias pertencentes ao mesmo grupo social, seja este definido em termos étnicos, etários, de preferências religiosas, ou socioeconômicos” (Sabatini, Cáceres e Cerda, 2004).

Nas aglomerações a que nos referimos observam-se matizes étnicos ou de nacionalidade, de religião, crença ou estilo de vida que caracterizariam divisões culturais voluntárias do espaço, diferenças sem relação com a produção econômica e relações de poder? A resposta é negativa. Externalizam divisões de função ou uso originadas em disposições do zoneamento como resultado da lógica econômica ou das preocupações com os impactos ambientais? Em parte sim, porque o zoneamento das nossas cidades são propostas segregadoras (Vilaça, 1998; Spozati, 2004). Distritos periféricos de trabalhadores, loteamentos irregulares ou favelas são espaços de segregação cuja linha de diferenciação mais relevante é a classe social. Não são registros da segregação espacial por escolha. As escolhas desses grupos socioeconômicos são limitadas por barreiras econômicas. A demanda por moradia de preço acessível é imensa e esta é uma mercadoria com pouca oferta, seja pelas políticas públicas, seja pelo mercado imobiliário.

Vilaça (2004) sustenta que a segregação por classe é sempre coercitiva porque está articulada com o domínio do Estado, da economia e da ideologia, através do espaço urbano. Gottdiener acrescenta: “as crescentes desigualdades encontram-se cimentadas no espaço urbano que, através de suas formas materiais revela os segredos da organização social.”

Estudos realizados por Sabatini, Cáceres e Cerda (2004) nas cidades de Santiago, Valparaíso e Concepción – no Chile apontam outro ângulo da questão na medida em que identificam os efeitos nocivos e as implicações sociais da segregação residencial da pobreza. Os autores demonstram a importância da escala de segregação nos problemas sociais: quanto maior a segregação, maior a proporção de desempregados, e de jovens desempregados ou que não estudam nem trabalham (ociosidade juvenil). Acrescentam que “os efeitos da segregação sobre o desemprego

são possivelmente relacionadas com os tempos de viagem e com a informação escassa de oportunidade de emprego disponível em áreas socialmente homogêneas, especialmente se são pobres.”

Comprovam também a intensificação no período entre 1970 e 1992, de problemas sociais que estão na raiz da desintegração social: atraso escolar, ociosidade juvenil e gravidez na adolescência. Além das constatações obtidas estatisticamente, os autores identificaram em estudos de caso nos bairros mais pobres das três cidades, manifestações de sentimentos de exclusão e desenraizamento territorial, agravando a tendência à desintegração social. Concluem os autores que segregação em larga escala estimula sentimentos de exclusão, isolamento e desenraizamento territorial; restringe oportunidades de emprego; inibe a interação social com outros; impede a integração social e o crescimento da vida cívica da cidade/sociedade.

A segregação espacial é um fator de consolidação e reprodução da pobreza. Lago (2001) e Preteceille e Ribeiro (1999) elaboram estudos na mesma direção em cidades brasileiras e todos alimentam a discussão internacional sobre a “nova pobreza” urbana e a importância da segregação espacial na sua consolidação.

A responsabilidade do Estado é o ponto de convergência entre os pesquisadores divididos entre a exclusão social e a segregação como categorias de análise úteis para o estudo da concentração da pobreza sobre o território e de suas implicações sociais (Aldaíza, 2004; Marcuse, 2004; Preteceille, 2004; Villaça, 1998; Qadeer, 2004; Taschner, 2001).

Marcuse (2004) assevera, referindo-se à segregação por status: “se em qualquer sociedade houver segregação ela ocorrerá com a sanção tácita, quando não explícita, por parte do Estado”. O Estado detém o poder sobre a divisão do espaço e tem a capacidade de manipular poderosos instrumentos para atender aos desejos dos detentores do poder político e econômico, transformando-se ele mesmo num instrumento de imposição: promulgação e sanção de leis; ordenações de zoneamento; o planejamento urbano; a provisão de infra-estrutura; a concessão ou retenção de licenças de construção; a arrecadação de impostos e a provisão de serviços municipais (Marcuse, 2004). Distritos periféricos de trabalhadores, loteamentos irregulares ou favelas são espaços de segregação.

Marcuse (2004) afirma que “do ponto de vista histórico, padrões diferentes de divisão (social) são diferencialmente refletidos, fortalecidos ou contestados no espaço” e esta realidade que se expõe aos nossos olhos é a materialização espacial da desigualdade social mantida e robustecida na divisão desproporcional dos benefícios e oportunidades urbanas.

A segregação é uma categoria espacial de análise e como tal não abraça a totalidade do real. É necessário recorrer a outras categorias que recortam o real e permitem a sua comunicação.

De inspiração e uso estadunidense, tendo a classe como referência principal, o tema da *underclass* vincula o econômico ao social, na reflexão sobre o que falta - por comparação com a classe operária - aos pobres que não têm emprego regular, vivem em guetos, fazem parte de famílias desagregadas, estão submetidos à dependência de drogas ilícitas e têm vizinhança com altas taxas de criminalidade (Zaluar, 1997). Os negros pobres norte-americanos estão no foco principal dos pesquisadores dedicados ao tema.

Mais difundido e utilizado no Brasil é o conceito de exclusão social com raízes da linha teórica francesa. A exclusão estabelece vínculos entre o econômico, o político e o social e tem como importantes referências a cidadania e a inserção na sociedade nacional.

No momento em que a questão social se encontra no ‘epicentro da humanidade’, (Wanderley, 2004:17) “a concepção de exclusão continua ainda fluida como categoria analítica, difusa, apesar dos estudos existentes, e provocadora de intensos debates.”

Existem pontos de acordo entre os pesquisadores do tema. O primeiro deles se refere a que, pobreza e exclusão não podem ser tomadas como sinônimos do mesmo fenômeno, ainda que estejam articuladas. O segundo, consiste em tomar a exclusão social como fenômeno multidimensional que superpõe uma multiplicidade de trajetórias de desvinculação; o terceiro é entender a exclusão como um processo de privação coletiva, embora atinja pessoas.

Recorrendo somente aos autores franceses, Wanderley (2004) destaca conceitos que ressaltam diferentes matizes da questão: a *desqualificação* atribuído a Paugam; a *desinserção* trabalhada por Gaujelac e Leonetti (1994); a *desafiliação*, termo cunhado por Castel. A desqualificação social aparece como o inverso da integração social e passa pela questão do emprego. A desinserção explora outros valores, principalmente o papel da dimensão simbólica nos fenômenos de exclusão e não mantém uma relação exclusiva com a pobreza. A desafiliação tem o significado de ruptura de pertencimento, ou de perda de vínculo societal, e a reflexão se dá a partir dos eixos integração/não integração do mundo do trabalho e do mundo das relações sociais.

Sposatti que, no seu importante trabalho Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo, busca encontrar os caminhos e os meios para promover a sua transformação, distingue as múltiplas situações de privação que constituem a exclusão social: privação de autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade.

À medida que se expandem, em números vertiginosos, os territórios excluídos nas cidades brasileiras, ao passo que a violência urbana se converte numa experiência cotidiana de todos os cidadãos, o Estado investe em ampliar os meios que lhes possibilite operar sobre o problema: instrumentos jurídico-urbanísticos; conselhos municipais; financiamentos externos, entre outros.

Os “espaços-problemas”, denominados de “zonas urbanas sensíveis” na França e de *problem areas* na Grã-Bretanha, bairros percebidos como perigo para a ordem urbana em termos de violência e insegurança ou em termos de coesão social ameaçada, são recortes urbanos aceitos como unidades espaciais para a análise da divisão social do espaço (Preteceille, 2004).

No Brasil, os “espaços-problemas”, ainda sem denominação genérica oficial, compartilham o denominador comum da exclusão social. O termo “territórios da exclusão” crivado por Rolnik com a proposta de relacioná-lo com a exclusão social (Rolnik, 1999), designa os segmentos urbanos onde se verifica a superposição da segregação espacial e exclusão social. A acumulação no território de dois fenômenos socialmente indesejáveis, remete à necessidade de fundar o entendimento de ambos

os conceitos na base da definição das políticas públicas e iniciativas de intervenção. Zaluar (1997) faz referência à forma abusiva e destituída de rigor, com que o conceito vem sendo utilizado entre nós enquanto, Carneiro e Costa (2003) salientam os constrangimentos que essa problemática coloca para o desenho e gestão de políticas públicas de caráter inclusivo.

A mesma exigência de rigor e precisão dos estudos e pesquisas acadêmicos destinados a medir, analisar e explicar os fenômenos da exclusão e da segregação, não é imposta ao Estado ao definir e aplicar as políticas públicas de inclusão.

O poder do Estado, no Brasil, não foi até então aplicado para evitar a divisão desigual e perversa das localizações e benefícios urbanos. Sua atuação é de interferência sobre o passivo urbano² já instalado. Nos últimos vinte anos os territórios da exclusão passaram a ser objeto de políticas públicas. Dos projetos piloto da década de 1980, verificou-se a tendência para programas de maior escala, em todo país nos anos de 1990. Inicialmente sob o lema da urbanização e, mais recentemente, sob o tema da inclusão social (Denaldi, 2003).

Inserção social, integração à cidade, combate à exclusão e a desigualdade social, transformar favelas em bairro, acesso à cidade, são os termos na ordem do dia de todas as políticas, programas e projetos do Estado em todas as suas esferas. Os apontamentos rápidos e superficiais, sobre questões tão complexas, têm finalidades bem objetivas.

A população do planeta está concentrada nas cidades, fenômeno recente e vertiginoso discutido por autores que o registram com o caráter de revolução urbana, de ruptura e não só inversão da relação campo cidade (Lefevbre, 1999).

Na face subdesenvolvida do planeta, um fenômeno subsidiário se manifesta: o crescimento desconcertante dos setores marginais e degradados das grandes cidades, apresentando taxas superiores às da cidade formal. O Brasil não é uma exceção, basta verificar os dados oficiais.

Na América Latina, particularmente no Brasil, ampliam-se os espaços de exercício da cidadania assegurados pela legislação e mecanismos de planejamento. O termo exclusão social vem sendo crescentemente utilizado no debate político em torno

² Analogia com passivo ambiental

das políticas e projetos sociais e tem sido objeto de pesquisa de importantes trabalhos científicos. A questão da segregação residencial não é menos relevante para o entendimento do fenômeno.

Associado ao fenômeno da apartação espacial e exclusão social está a grande escala desses enclaves, aglomerados e zonas periféricas exclusivas da pobreza. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte exibem favelas ou complexos favelados com população superior a 50.000hab. São Paulo e Belo Horizonte devem seu aumento de população ao crescimento periférico, ainda que mais reduzido que na década anterior. Ainda em São Paulo, as favelas estão se periferezando com a taxa de crescimento anual de domicílios favelados de 3,06% nas franjas do município (Taschner, 2001; Mendonça e Costa, 2004).

A urbanização de favelas e de loteamentos irregulares, não importa o nome 'fantasia' com que são revestidos – Favela-Bairro, Bairro Legal, Lote Legal - precisa ser encarada como ação sócio-espacial. A análise urbanística, tema central deste trabalho, ainda que cumpra o papel de desnudar e figurar as 'desigualdades cimentadas no espaço', não dá conta de todas as dimensões da exclusão territorial, fenômeno multifatorial. Se existe alguma chance destas intervenções produzirem alguma mudança significativa num problema que é estrutural, reduzi-las à dimensão espacial é um desperdício de oportunidades.

O grande desafio para os gestores públicos e também para aqueles que assumem qualquer tipo de responsabilidade no processo de transformação dessa lamentável realidade é compreender a limitação de todas as abordagens unilaterais que não levam em conta a base multifatorial da organização social.

O desenho urbano não oferece as ferramentas necessárias para atuar sobre a segregação espacial e a exclusão territorial. Traços e traçados sem a espessura do conhecimento conceitual dos fenômenos sociais que subjazem às formas urbanas tiram a força da ação e só colaboram no sentido da estrutura, para realizar caricaturas de inserção.

À guisa de lembrete, recorreremos a um dos postulados de Gottdiener (1993:199): "as formas espaciais são produtos 'contingentes' da articulação dialética entre ação e

estrutura. O poder é inerente à estrutura, é ela que produz as realidades exercendo um efeito orientador sobre a ação.”

E ao modo de advertência buscamos as palavras de Novy (2002:20) que focaliza a vocação histórica da nossa elite de continuar, ao longo dos séculos, parceira menor dos dominadores dos países centrais:

... o establishment não deseja nenhuma mudança que afete a hierarquia social, ainda que seja apenas em áreas parciais ou no plano do simbólico. O orgulho estamental da mentalidade escravagista, contaminado por um raciocínio capitalista segundo o benefício individual, resulta em uma forma especialmente ruim de dominação.

Não há lugar para a ilusão de poder promover a mudança dentro de espaços relativamente breves, ainda que numa estratégia de ‘transformação controlada’, baseada em pequenas transformações (Novy, 2002).

Os efeitos dos programas de urbanização são o registro de continuidades que prevalecem sobre as diferenças no que se refere aos efeitos sobre as populações mais carentes, dentro da organização sócio-política. Essas populações continuam a ocupar regiões periféricas tanto da vida social como do espaço urbano. As relações sociais não se dissolvem no processo evolutivo. Mudam tão-somente a sua forma. A vulnerabilidade social e a violência, como fenômenos de massa, transportam-se sem alteração de uma situação para outra.

Temos muito que avançar em busca da política³.

Vinte anos de exercício profissional, dedicados ao mesmo tema – a cidade do subproletariado, dos desafiados, dos excluídos - é tempo bastante para erguer um mural cubista sobre o assunto. As ocasiões multiplicam os meios de iluminar recessos, de abeberar-se de inumeráveis fontes e compará-las, de reconhecer falsas alternativas, de decifrar enigmas de aparência enganadora. A experiência é eficaz medida, ainda que contestável, de assimilar uma realidade. O objetivo primordial deste trabalho é transformar essa experiência em reflexão.

³ Em Busca da Política, título do ensaio de Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, publicado em 1999

Defrontar-nos com estes segmentos urbanos em diferentes cidades do Brasil⁴ e outras da América Latina⁵ sempre diante da possibilidade de transformá-los, nas mais diferentes missões - elaboração de diagnósticos, planos e projetos, capacitação de equipes, desenho de programas de intervenção, entre outras - a serviço direto do setor público ou de empresas privadas⁶ contratadas pelo Estado, sempre em equipes interdisciplinares, contribuiu de forma determinante não só para um longo aprendizado, mas também para erigir uma perspectiva integrada do problema. Desse processo, algumas lições serão contempladas nos objetivos deste trabalho.

O primeiro deles é colocar em pauta a questão da análise urbanística como método aplicado aos territórios da exclusão. Se as diferenças sociais cimentam-se no espaço como afirma Gottdiener (1993) não é possível prescindir da análise das formas espaciais para identificá-las. Essencialmente nos padrões e nas relações dos elementos urbanos é que se localizam contrastes e diferenças espaciais, inclusive dificultando ou impedindo a dotação de infra-estrutura. Restringir os problemas das favelas e outros espaços periféricos ou de fronteiras urbanas na esfera territorial, à ausência de infra-estrutura é uma simplificação inadmissível, uma falsa alternativa, nos dias atuais. De forma análoga, a mera caracterização dos problemas espaciais, em que se resume a maioria dos diagnósticos e referências de estudos acadêmicos, não é suficiente para aferi-los, figura-los, medi-los e avalia-los e, muito menos para colocá-los de forma clara na pauta dos problemas a ser reparados pelas políticas e iniciativas de intervenção, inclusive nos projetos urbanísticos.

Há ainda um recesso a ser iluminado de forma mais incisiva: os territórios da exclusão não são homogêneos. Apresentam internamente recortes espaciais de padrões diferenciados cuja transformação irá requerer a diversificação de níveis e tipologias de intervenção.

Por último, há ainda a escala vertiginosa em que se apresenta hoje o fenômeno da segregação e exclusão espacial nos centros urbanos.

⁴ Santo André, Santos, Osasco, Carapicuíba, Cubatão, São Paulo – SP; Belo Horizonte - MG, Vitória – ES; Rio de Janeiro, RJ; Recife, Jaboatão, Olinda – PE; Curitiba – PR.

⁵ Caracas na Venezuela e Cd. Juarez no México

⁶ Diagonal Urbana – 1991-2004; JMR, Hidroconsult, IEME – Brasil, recentemente

Tudo isso nos remete, sem fantasia, à questão do método. Metodologia é meio, ferramenta, e como tal, estará sempre subordinado aos valores e concepções contidos nas políticas e programas de intervenção.

Como afirmamos anteriormente, as ocasiões multiplicam os meios e, ao contrário do mito da esfinge, que nos coloca diante de enigmas de aparência enganadora, as oportunidades também nos ensinam a formular as perguntas adequadas. Uma inversão da famosa sentença é o que exige de nós a vida real: Pergunta-me, ou te devoro!

Vinte anos alternando mãos e pés no barro e olhos nas páginas dos livros, nos permitiu modelar pouco a pouco, através de acertos e desacertos, uma metodologia de análise urbanística, que se propunha a encontrar as perguntas indispensáveis para interpretar uma determinada realidade.

E assim explicitamos nosso segundo objetivo. Trazer alguma contribuição no sentido de estabelecer uma técnica sistematizada e codificada de análise espacial que permita identificar e mensurar as diferenças de padrões e relações espaciais que distanciam os assentamentos precários do restante da cidade dita formal.

Para fazê-lo, optamos por duas situações permeadas de contrastes, mas que tinham, na origem, objetivos comuns: uma intervenção integrada sobre os problemas que produzem e reproduzem a pobreza e a exclusão social, tomando como elemento catalisador a intervenção urbanística; desenvolver metodologias de abordagem ao problema numa escala de plano local.

Uma em São Paulo, inserida no Programa Bairro Legal da Secretaria Municipal de Habitação no período compreendido entre os anos 2001 e 2004 – a favela Paraisópolis. A outra, na distante Ciudad Juarez, localizada em meio ao deserto, no centro da linha de fronteira do México com os Estados Unidos a *Zona Poniente* da cidade, mais especificamente o *Sector Casa*, primeiro recorte da Zona, onde foi aplicada e aprimorada a metodologia, com o valoroso concurso da equipe do IMIP – Instituto Municipal de Investigación y Planeación da cidade que, já havia elaborado em 1997, um plano de macro-diretrizes para a região – *Plan Parcial de la Zona Poniente*. Instituto exemplar, com dez anos de existência à frente do planejamento da cidade, constituído inicialmente nos moldes do IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

O primeiro e segundo capítulos deste trabalho abrem uma perspectiva geral das duas cidades – respectivamente, São Paulo e Ciudad Juarez. Em seguida, abordam a materialização da segregação espacial e exclusão social em cada uma delas, para, finalmente aterrar nas áreas de estudo – Paraisópolis, uma favela; *Sector Casa*, segmento da *Zona Poniente*, constituída de loteamentos espontâneos hoje regularizados juridicamente, em torno de uma de suas centralidades.

O terceiro capítulo explora o lugar análise urbanística no processo de projeto para, em seguida, expor detalhadamente a composição temática da metodologia, ilustrada alternadamente, com a favela Paraisópolis e o *Sector Casa*.

O quarto capítulo dá ênfase ao processo de síntese, parte da construção metodológica, como finalidade última de um diagnóstico.

Ainda que as conclusões do presente estudo se encontrem permeadas nos capítulos 3 e 4, o quinto e último as complementam, oferecendo ao leitor traços metodológicos principais de um diagnóstico integrado.

Desejamos ao leitor, sobretudo, que a leitura deste trabalho não seja enfadonha, o que já é uma expectativa exorbitante da parte de quem o realizou. Porém, ainda maior é o desejo de que venha a ser útil a sua leitura, deixando algum resíduo aplicável à sua vida profissional.